

JUSTIÇA
ELEITORAL



PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (PDTIC)

2021 - 2022

© 2021 Tribunal Superior Eleitoral

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a autorização expressa dos autores.

Tribunal Superior Eleitoral

SAFS, Quadra 7, Lotes 1/2, 1º andar

70070-600 – Brasília/DF

Telefone: (61) 3030-7000

Secretária-Geral da Presidência (GAB-SPR)

Aline Rezende Peres Osorio

Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal (SEC)

Rui Moreira de Oliveira

Secretário de Tecnologia da Informação (STI)

Julio Valente da Costa Junior

Unidade responsável pelo conteúdo

Secretaria de Tecnologia da Informação (STI/TSE)

Produção editorial e diagramação (Sinaps/STI)

Maycon Cantuária Sadala

Capa e projeto gráfico

Maycon Cantuária Sadala

Revisão

Christiany Teixeira Mendonça

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Tribunal Superior Eleitoral – Biblioteca Prof. Alysson Darowish Mitraud)

Brasil. Tribunal Superior Eleitoral.

Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2021-2022/Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Tecnologia da Informação. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2021.

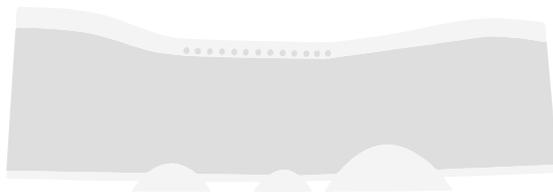
1. Plano Diretor – 2. Tecnologia da informação – 3. Tribunal Superior Eleitoral – Brasil. I. Título.



**Plano Diretor de Tecnologia da
Informação e Comunicação (PDTIC)
2021 – 2022**

Brasília – 2021

Secretaria de Tecnologia da Informação



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PRESIDENTE

Ministro Luís Roberto Barroso

VICE-PRESIDENTE

Ministro Luiz Edson Fachin

MINISTROS

**Alexandre de Moraes
Luís Felipe Salomão
Mauro Luiz Campbell Marques
Sérgio Silveira Banhos
Carlos Bastide Horbach**

PROCURADOR-GERAL ELEITORAL

Antônio Augusto Brandão de Aras

Sumário

Apresentação	9
Metodologia de elaboração do PDTIC	12
Organograma da STI	13
Alinhamento estratégico da ENTIC-JUD.....	14
Plano Estratégico 2021-2026 do Tribunal Superior Eleitoral	16
Objetivos e indicadores.....	16
Correlação entre os objetivos estratégicos do TSE com os objetivos estratégicos da STI	20
Quadro de metas e indicadores de resultados de TI.....	21
Planos de demandas de TI	25
Planos Complementares	38

Apresentação

Segundo definição da Resolução n.º 370/2021 do Conselho Nacional da Justiça (CNJ), o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) deverá elencar as ações que estarão alinhadas ao Planejamento Estratégico Institucional e ao Planejamento Estratégico Nacional do Poder Judiciário.

No momento da elaboração deste PDTIC (2021-2022), ainda está vigente o Plano Estratégico de TIC (PETIC 2018-2021) da Secretaria de Tecnologia da Informação, que foi considerado na construção deste PDTIC.

Este documento poderá ser revisto a qualquer momento e, visando um melhor alinhamento aos Planos Estratégicos supracitados, poderá ser alvo de ajustes e melhorias.

Ainda, segundo a Resolução n.º 370/2021, todos os órgãos do Poder Judiciário deverão alinhar os seus respectivos Planos Diretores de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), contemplando elementos mínimos, elencados abaixo:

- I – alinhamento à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) e ao Plano Estratégico Institucional;
- II – diretrizes estabelecidas em resoluções, recomendações e políticas inerentes à TIC instituídas para a concretização das estratégias nacionais do Poder Judiciário;
- III – metas associadas aos indicadores de resultado; e
- IV – ações a serem implantadas no ciclo estratégico.

Todos os órgãos do Poder Judiciário deverão constituir ou manter um Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação multidisciplinar, composto por representantes de todas as áreas estratégicas do órgão e pelo titular da área de Tecnologia da Informação e Comunicação, que ficará responsável por:

- I – apoiar o desenvolvimento e estabelecimento de estratégias, indicadores e metas institucionais;
- II – aprovar projetos e planos estratégicos;
- III – gerir os riscos da área de TIC;
- IV – fomentar a colaboração entre os tribunais;
- V – orientar quanto à geração de iniciativas para proporcionar investimentos tecnológicos no âmbito institucional; e
- VI – estimular o desenvolvimento colaborativo, integrado e distribuído de soluções.

No Tribunal Superior Eleitoral, esse Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação multidisciplinar foi denominado de Comissão Diretiva de Tecnologia da Informação (CDTI) e está regulamentado pela Portaria n.º 461, de 22 de junho de 2017, atualizada pela Portaria n.º 850, de 30 de outubro de 2019.

Ainda, segundo a resolução, as áreas de TIC de todos os órgãos do Poder Judiciário deverão constituir ou manter Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação, coordenado pelo titular da área de TIC. Serão atribuições do comitê:

- I – envolver a alta administração nas decisões estratégicas que incidem sobre os serviços de TIC;
- II – aprovar planos táticos e operacionais junto a alta administração, disseminando a importância da área de TIC nos tribunais;
- III – monitorar a execução orçamentária e financeira de TIC;
- IV – planejar, priorizar e monitorar as contratações de TIC;
- V – acompanhar o andamento das iniciativas estratégicas bem como seus desdobramentos;
- VI – apoiar na estruturação de escritório de projetos que favoreça o emprego das melhores práticas de gestão de projetos preconizadas pelos padrões nacionais e internacionais;
- VII – definir a carteira de projetos e a gestão de portfólio de serviços de TIC;
- VIII – estabelecer plano de ação para iniciativas de curta duração ou escopo simplificado;
- IX – promover recomendações e a adoção de boas práticas;
- X – propor modelos e padrões referentes à Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação por meio de campanhas institucionais;
- XI – promover a participação coletiva na elaboração de propostas e admissão de projetos; e
- XII – analisar, organizar e estruturar o atendimento das demandas de TIC.

Na Secretaria de Tecnologia da Informação do TSE, esse comitê foi denominado de Comissão Técnica de Tecnologia da Informação (CTTI) e está regulamentado pela Portaria n.º 282, de 5 de abril de 2017.

O PDTIC 2021-2022 é composto por um conjunto de ações táticas, as quais foram desenvolvidas à luz da estratégia de TI alinhadas aos objetivos estratégicos do TSE. Ademais, identifica as necessidades de Tecnologia da Informação, especificando demandas de informação, serviços, infraestrutura e gestão de pessoas. Vale ressaltar que as demandas elencadas neste Plano Diretor estão alinhadas às políticas e diretrizes do Judiciário no que tange à gestão de TI por meio do alinhamento

com os objetivos da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).

Nesta publicação, as ações são planejadas para o alcance dos objetivos e dos resultados-chaves do período compreendido entre 2021 e 2022, constituindo-se em instrumento essencial de materialização da estratégia de TIC eleita para o referido período, o qual será seguido com o comprometimento dos gestores da STI e com a participação dos clientes do TSE.

Metodologia de Elaboração do PDTIC

A metodologia de elaboração do PDTIC 2021-2022 do TSE foi marcada, basicamente, por duas grandes etapas:

- a. Identificação do referencial estratégico de TI – Foram identificados os principais referenciais estratégicos para a elaboração deste PDTIC:
 - Resolução n.º 370/2021 do CNJ, que estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD);
 - Resolução n.º 182/2013 do CNJ, que dispõe sobre diretrizes para as contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça;
 - Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação da STI (PETIC 2018-2021);
 - Planejamento Estratégico do TSE 2018-2021;
 - Plano Estratégico do TSE 2021-2026; e
 - Estratégia Nacional de Cibersegurança TSE e TREs – 2021-2024 recentemente aprovada (Processo SEI 2021.00.000005110-1, documento 1759818).
- b. Preparação, diagnóstico e construção do PDTIC 2021-2022 com a definição dos objetivos e resultados-chaves, identificação das ações e iniciativas do Plano de Demandas de TI e dos seus alinhamentos estratégicos. Também foi realizada a correlação pela Secretaria de Modernização, Gestão Estratégica e Socioambiental (SMG) entre os objetivos da ENTIC-JUD e os do Plano Estratégico 2021-2026 do TSE.

O trabalho de desenvolvimento, planejamento e documentação das ações constantes neste PDTIC foi realizado de forma colaborativa, envolvendo todas as coordenadorias da STI.

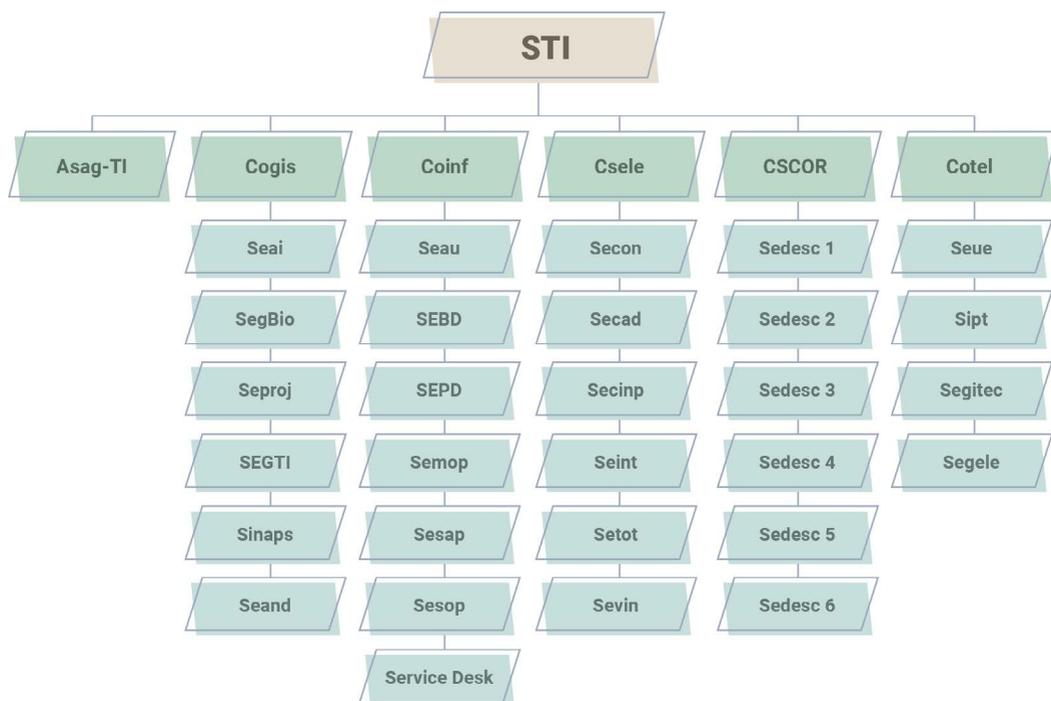
As boas práticas de gestão recomendam que haja constante monitoramento do PDTIC para que ocorra o alinhamento entre as ações planejadas e o atingimento das metas definidas para o período. Dessa forma, será estabelecido um processo contínuo de avaliação e revisão do PDTIC, conforme sugerido pelo Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (Sisp).

Organograma da STI

Atualmente, a estrutura organizacional da área de Tecnologia da Informação do TSE é a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) e encontra-se regulamentada pela Resolução n.º 23.639, de 22 de abril de 2021.

A STI é subordinada à Secretaria do Tribunal e é composta por 1 (uma) assessoria, 5 (cinco) coordenadorias e 28 (vinte e oito) seções.

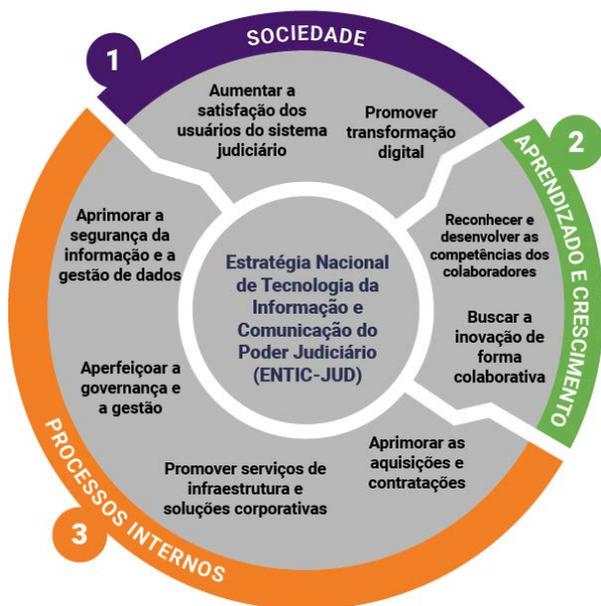
O organograma da STI é apresentado a seguir:



Alinhamento estratégico da ENTIC-JUD

Considerando os macrodesafios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o período 2021–2026 – em especial o que trata do “Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados” e da necessidade de assegurar a convergência dos recursos humanos, administrativos e financeiros no que concerne à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – foi elaborado o mapa estratégico da ENTIC-JUD, cujo objetivo é constituir o principal instrumento de promoção da governança ágil e da transformação digital por meio de serviços e soluções digitais inovadoras que impulsionem a evolução tecnológica do Poder Judiciário.

MAPA ESTRATÉGICO DE TIC DO PODER JUDICIÁRIO



Fonte: Guia Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Poder Judiciário.

Com base nesse mapa estratégico, foram definidos os objetivos estratégicos que permitirão o atingimento da visão de futuro, sempre integrados à missão e obedecendo aos valores da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário que devem permear todas as ações.

Perspectiva de negócio	Objetivos Estratégicos	Descrição
Sociedade	1. Aumentar a satisfação das usuárias e dos usuários dos recursos de TIC	Atuar na melhoria e no incremento da qualidade dos atendimentos e da experiência dos serviços ofertados às usuárias e aos usuários, seja de forma presencial ou virtual.
	2. Promover a transformação digital	Promover o aperfeiçoamento dos resultados utilizando as ferramentas tecnológicas disruptivas de transformação digital com o objetivo de otimizar os recursos humanos e aprimorar a eficácia na execução dos recursos financeiros, seguindo o princípio da economicidade processual e a satisfação dos usuários.
Aprendizado e Crescimento	3. Reconhecer e desenvolver as competências das colaboradoras e dos colaboradores	Melhorar o desempenho e o cumprimento de metas, considerando a importância em aperfeiçoar o reconhecimento dos profissionais da TI por meio da gestão de competências.
	4. Buscar a inovação de forma colaborativa	Potencializar a relação entre colaboração e inovação com vistas à evolução e expansão da maturidade de TIC de modo a oferecer a desburocratização dos serviços e agregar valor às usuárias e aos usuários.
Processos Internos	5. Aperfeiçoar a governança e a gestão	Consolidar os processos, regulamentações e leis, no âmbito da administração, visando aprimorar a governança, a gestão e o cumprimento das metas e dos objetivos estabelecidos coletivamente.
	6. Aprimorar as aquisições e contratações	Aperfeiçoar a utilização de métodos, processos e ferramentas que proporcionem a melhoria nas aquisições e contratações de TIC, em busca de otimizar os recursos.
	7. Aprimorar a segurança da informação e a gestão de dados	Melhorar os avanços voltados para a segurança da informação e dos dados pessoais frente aos mais diversos desafios, fazendo-se valer, principalmente, das vantagens oriundas da utilização de inteligência artificial e demais soluções disruptivas de TIC.
	8. Promover serviços de infraestrutura e soluções corporativas	Aprimorar e incrementar todo aparato responsável por gerenciar os serviços de TIC, principalmente nas iniciativas voltadas para infraestrutura e soluções corporativas.

Plano Estratégico 2021-2026 do Tribunal Superior Eleitoral

Objetivos e Indicadores

Objetivo Estratégico	Descrição	Indicador
OE1 – Fortalecer a imagem da Justiça Eleitoral perante a sociedade.	<p>Refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de ações, visando à transparência e ao fortalecimento da credibilidade na Justiça Eleitoral como instituição garantidora da legitimidade do processo eleitoral. Dentre as ações, destacam-se o combate à desinformação e o direcionamento da informação aos atuais e aos futuros eleitores, inclusive ao corpo funcional do TSE e a seus colaboradores, sobre os mecanismos de segurança do processo de votação eletrônica e do acesso à rede da Justiça Eleitoral.</p> <p>Abrange, ainda, iniciativas para esclarecer a sociedade sobre o papel da JE, promovendo ações educativas para o envolvimento da sociedade no processo eleitoral e buscando apoio de parcerias institucionais.</p>	IE1.1 - Índice de avaliação da imagem da JE.
OE2 – Promover maior engajamento da sociedade no processo eleitoral e a participação dos diversos grupos minorizados na política.	<p>Refere-se ao desafio de garantir, para cada indivíduo na sociedade, o exercício pleno da cidadania, que envolve o desenvolvimento dos direitos civis, políticos e sociais por meio da educação política.</p> <p>Diz respeito à ampliação de mecanismos que possibilitem compreender as especificidades do processo eleitoral de forma a aproximar, incentivar e informar a sociedade de maneira ativa.</p> <p>Abrange ações de estímulo à inclusão e à participação espontânea, principalmente de grupos minorizados ou com sub-representatividade tanto na dimensão de eleitorado quanto na de candidatura, como: mulheres, pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, LGBTQIA+ e pessoas idosas. Abrange, ainda, o fomento à inclusão e à participação dos diversos grupos da sociedade minorizados para o exercício pleno da cidadania.</p> <p>Destacam-se as ações referentes à alfabetização midiática e informacional, palestras, seminários, visitas direcionadas às instalações da JE, gestão de conteúdo específico nos sites do TSE e programas de incentivo à participação de mesários voluntários.</p>	IE2.1 - Índice de participação da sociedade no processo eleitoral. IE2.2 - Índice de participação dos grupos minorizados.

Objetivo Estratégico	Descrição	Indicador
OE3 – Ampliar a prestação de serviços de Identificação Civil Nacional.	<p>Refere-se à implementação do programa de Identificação Civil Nacional (ICN), criado pela Lei n.º 13.444/2017, com o objetivo de identificar o brasileiro em suas relações com a sociedade e com os órgãos e entidades governamentais e privados.</p> <p>Abrange a individualização das cidadãs e dos cidadãos, a disponibilização dos serviços de ICN e os acessos aos serviços pela sociedade e por órgãos parceiros.</p>	IE3.1 - Índice de prestação de serviços ICN.
OE4 – Aperfeiçoar a segurança da informação.	<p>Refere-se à implementação de políticas, métodos e práticas reconhecidas e relacionadas à segurança da informação. Abrange a gestão da continuidade de negócios ou serviços e a gestão de riscos de TIC, entre outras frentes.</p>	IE4.1 – Índice de segurança da informação.
OE5 – Promover a inovação e ampliar a prestação de serviços digitais.	<p>Abrange definir e instituir o processo de inovação no TSE, promover a mudança de cultura organizacional, incentivar a criação de um ambiente inovador e estimular a reflexão sobre crenças e valores visando ao fomento ao processo de mudança para impulsionar e acompanhar a constante transformação e modernização na gestão pública. Visa também à ampliação dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral por meio do incremento e da disponibilização de novos serviços digitais à cidadã e ao cidadão.</p>	<p>IE5.1 - Percentual de serviços disponibilizados de forma digital.</p> <p>IE5.2 - Índice de maturidade de inovação.</p>
OE6 – Aprimorar a adoção de práticas sustentáveis.	<p>Refere-se à implementação de ações que promovam comportamentos e práticas sustentáveis no âmbito da instituição, além da implementação e manutenção de critérios de sustentabilidade nas aquisições e nas ações de acessibilidade para o ambiente do TSE e seus produtos e serviços.</p>	IE6.1 - Grau de aderência às práticas sustentáveis.
OE7 – Promover a efetiva e célere prestação jurisdicional.	<p>Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental.</p> <p>Abrange a identificação e o julgamento, com prioridade, das ações que possam importar em não diplomação ou perda do mandato eletivo de forma a contribuir com a celeridade, a segurança e a transparência no trâmite dos processos judiciais que afetam a legitimidade do pleito. Inclui procedimentos, tecnologias e dispositivos em todas as fases de tramitação.</p>	<p>IE7.1 - Índice de efetividade da prestação jurisdicional.</p> <p>IE7.2 - Quantitativo no estoque de processos prioritários.</p>

Objetivo Estratégico	Descrição	Indicador
OE8 – Garantir o acesso do público interno e externo à informação autêntica e de qualidade.	<p>Refere-se ao fortalecimento da comunicação e da transparência institucional, a partir do aprimoramento da gestão da informação e da qualidade das informações prestadas no portal do TSE, preservando os direitos relativos à proteção de dados individuais, assim como a sua fácil localização e acesso.</p> <p>Abrange o conjunto de políticas, métodos e práticas adotados para aplicar e acompanhar a Lei Geral de Proteção de dados (LGPD), a avaliação dos mecanismos de tratamento e a proteção dos dados existentes, pela proposição de ações voltadas a seu aperfeiçoamento.</p>	<p>IE8.1 - Índice de disponibilidade da informação.</p> <p>IE8.2 - Percentual de processos de trabalho que estão em conformidade com a LGPD.</p>
OE9 – Aprimorar a governança institucional.	<p>Refere-se à implementação de boas práticas de liderança, estratégia e controle para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à melhoria do desempenho organizacional e à eficiência dos serviços prestados pelo Tribunal, contribuindo, assim, para a geração de valor à sociedade.</p> <p>Contempla a transparência e a gestão de riscos, bem como a governança das aquisições, além da gestão de pessoas, de TIC e orçamentária.</p>	IE9.1 - Índice de governança do TSE.
OE10 – Aprimorar a gestão do processo eleitoral.	Refere-se à adoção de políticas, metodologias e práticas que visem à melhoria da gestão do processo eleitoral. Contempla todas as fases e etapas do processo.	IE10.1 - Índice de desempenho do processo eleitoral.
OE11 – Fortalecer a segurança e a proteção institucional.	Refere-se ao fortalecimento das práticas voltadas à segurança institucional visando à proteção física das instalações do TSE, bem como de seus ministros, magistrados, servidores e colaboradores.	IE11.1 - Quantitativo de ocorrências de natureza de segurança institucional.
OE12 – Aumentar a eficiência na gestão orçamentária.	Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional e à realização das eleições, atendendo aos princípios constitucionais da Administração Pública. Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais do TSE, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.	IE12.1 - Índice de eficiência na gestão orçamentária.
OE13 – Melhorar a experiência de trabalho do servidor.	Refere-se ao fomento de ações visando proporcionar aos servidores melhores interações, reconhecimento, bem-estar, qualidade de vida, agilidade e boas experiências com o trabalho no TSE, de forma a trazer mais satisfação, além de produtos e serviços cada vez melhores.	IE13.1 - Índice geral de favorabilidade nas pesquisas de clima organizacional.

Objetivo Estratégico	Descrição	Indicador
OE14 – Promover o trabalho interativo e colaborativo no TSE e na Justiça Eleitoral.	Refere-se à promoção do trabalho colaborativo na Justiça Eleitoral e ao compartilhamento de experiências e conhecimentos, o que conduzirá todo o trabalho para resultados melhores.	IE14.1 - Índice de engajamento do corpo funcional.
OE15 – Garantir os recursos tecnológicos para a ampliação de serviços digitais, de inovação e segurança de TIC.	Trata-se de garantir os recursos tecnológicos (sistemas, serviços e infraestrutura) necessários à ampliação dos serviços digitais, às iniciativas inovadoras e à implementação de mecanismos e práticas de segurança.	IE15.1 - Índice de disponibilidade de recursos tecnológicos.

Correlação entre os Objetivos Estratégicos do TSE e os Objetivos Estratégicos da STI

Objetivo Estratégico Institucional (TSE)	Objetivos Estratégicos da STI
OE1 – Fortalecer a imagem da Justiça Eleitoral perante a sociedade.	-
OE2 – Promover maior engajamento da sociedade no processo eleitoral e a participação dos diversos grupos minorizados na política.	-
OE3 – Ampliar a prestação de serviços de Identificação Civil Nacional.	OBJ 01 - Aumentar a satisfação dos usuários de serviços de TIC da Justiça Eleitoral OBJ 02 - Promover a transformação digital
OE4 – Aperfeiçoar a segurança da informação.	OBJ 07 - Aprimorar a segurança da informação e a gestão de dados
OE5 – Promover a inovação e ampliar a prestação de serviços digitais.	OBJ 02 - Promover a transformação digital OBJ 08 - Promover serviços de infraestrutura e soluções corporativas
OE6 – Aprimorar a adoção de práticas sustentáveis.	OBJ 06 - Aprimorar as aquisições e contratações
OE7 – Promover a efetiva e célere prestação jurisdicional.	OBJ 01 - Aumentar a satisfação dos usuários de serviços de TIC da Justiça Eleitoral OBJ 02 - Promover a transformação digital
OE8 – Garantir o acesso do público interno e externo à informação autêntica e de qualidade.	OBJ 07 - Aprimorar a segurança da informação e a gestão de dados
OE9 – Aprimorar a governança institucional.	OBJ 05 - Aperfeiçoar a governança e a gestão OBJ 07 - Aprimorar a segurança da informação e a gestão de dados
OE10 – Aprimorar a gestão do processo eleitoral.	OBJ 05 - Aperfeiçoar a governança e a gestão
OE11 – Fortalecer a segurança e a proteção institucional.	-
OE12 – Aumentar a eficiência na gestão orçamentária.	OBJ 05 - Aperfeiçoar a governança e a gestão OBJ 07 - Aprimorar a segurança da informação e a gestão de dados
OE13 – Melhorar a experiência de trabalho do servidor.	OBJ 06 - Aprimorar as aquisições e contratações
OE14 – Promover o trabalho interativo e colaborativo no TSE e na Justiça Eleitoral.	OBJ 04 - Buscar a inovação de forma colaborativa

OE15 – Garantir os recursos tecnológicos para a ampliação de serviços digitais, de inovação e segurança de TIC.

OBJ 08 - Promover serviços de infraestrutura e soluções corporativas

Fonte: Correlação realizada pela Secretaria de Modernização, Gestão Estratégica e Socioambiental (SMG) no processo SEI 2021.00.000007575-2.

Observa-se que o objetivo estratégico OBJ 03 - Reconhecer e desenvolver as competências do corpo técnico não foi correlacionado com nenhum dos objetivos estratégicos do TSE de acordo com a avaliação da SMG.

Quadro de metas e indicadores de resultados de TI

Como instrumento de gestão ágil da estratégia, o Conselho Nacional de Justiça recomenda a metodologia OKR (*Objectives and Key Results*), que tem por finalidade identificar os objetivos, resultados-chaves e as metas definidas no planejamento de TIC.

O quadro abaixo apresenta os objetivos, que é **O QUE** deve ser alcançado. Os resultados-chaves monitoram **COMO** chegamos aos objetivos, que são específicos e limitados no tempo, além de desafiadores, mensuráveis e verificáveis. A fórmula apresenta uma **métrica** que permitirá mensurar o valor do resultado-chave. Nesse caminho a ser percorrido, temos a **base** que apresenta qual é o ponto de partida. Serão realizadas **avaliações** semestrais em 2021 e 2022 para analisar o andamento dos resultados-chave para atingir a **meta** estabelecida.

Objetivo Estratégico da STI	KR (Resultado-chave)	Fórmula	Base	Meta	Responsável pela medição	Responsáveis pelas ações
OBJ 01 - Aumentar a satisfação dos usuários de Serviços de TIC da Justiça Eleitoral	Manter a porcentagem de avaliação dos serviços de Service Desk "4 - satisfeito" e "5 - muito satisfeito" para o item Solução em, no mínimo, 99%.	Calculado a partir do total de notas segmentadas pelas opiniões coletadas nas pesquisas de satisfação dos atendimentos realizados	97,87%	99%	Service Desk	Todas as unidades que atendem chamados
	Atingir a zona de "Qualidade" nas pesquisas de satisfação com o cliente utilizando o Net Promoter Score (NPS).	NPS é calculado com % clientes promotores - % clientes detratores = NPS	NPS = 19	NPS acima de 49	Seproj	Unidades da STI que atendem as Unidades Gestoras do TSE

Objetivo Estratégico da STI	KR (Resultado-chave)	Fórmula	Base	Meta	Responsável pela medição	Responsáveis pelas ações
OBJ 02 - Promover a transformação digital	Ter pelo menos um serviço disponibilizado em nuvem.	Calculado a partir do total de serviços disponibilizados em nuvem	0	1	Sesap	Coinf, Cogis, Csele, CSCOR
	Ter pelo menos 50% das operações de alistamento, revisão e transferência do eleitor realizadas pela internet de forma automatizada.	Quantidade de operações RAE realizadas na internet/Quantidade total de operações RAE	6%	50%	Secad	TREs, Secad, CGE
	Incorporar o serviço de identificação biométrica do eleitor ao e-Título.	Calculado a partir da publicação na versão de loja do e-Título com o serviço de identificação biométrica do eleitor	0	1	Segbio	Segbio, Secad, Sinaps, Coinf
OBJ 03 - Reconhecer e desenvolver as competências do corpo técnico	Executar 70% do plano de capacitação de TI.	Total de iniciativas executadas/ total de iniciativas planejadas	60%	70%	COEDE	AsagTI, Gab.STI
	Participação na publicação de pelo menos 1 artigo científico por ano elaborado por servidor	Calculado a partir da publicação do artigo científico	0	1	STI	Coordenadorias da STI
	Promover, em cada coordenadoria da STI, uma ação de retenção de conhecimento crítico.	Relatório de cada coordenadoria em relação à ação de retenção de conhecimento que foi desenvolvida	0	5	Coordenadorias da STI	Coordenadorias da STI
OBJ 04 - Buscar a inovação de forma colaborativa	Ter, no mínimo, 3 iniciativas colaborativas em conformidade com a nova Política de Desenvolvimento Colaborativo.	Calculado a partir do total de iniciativas colaborativas em execução de acordo com a nova Política	0	3	Cogis	Coinf, Cogis, Csele, CSCOR
	Entregar um processo inovador para a condução do desenvolvimento colaborativo.	Calculado a partir da formalização do processo de desenvolvimento colaborativo	0	1	Cogis	As coordenadorias da STI, secretário de TI e o Grupo de Trabalho

Objetivo Estratégico da STI	KR (Resultado-chave)	Fórmula	Base	Meta	Responsável pela medição	Responsáveis pelas ações
OBJ 05 - Aperfeiçoar a governança e a gestão	Institucionalizar um processo de balanceamento da gestão de portfólio.	Calculado a partir da aprovação do processo de balanceamento de portfólio pela CDTI	0	1	SeproJ	Cogis
	Institucionalizar uma estratégia de gestão da distribuição de ativos para as eleições.	Calculado a partir da aprovação da estratégia de gestão da distribuição de ativos para as eleições	0	1	Cotel	Cotel, secretário de TI e DG
OBJ 06 - Aprimorar as aquisições e contratações	Atingir 100% de adesão das normas de aquisição de TIC do TSE às preconizadas no Governo Federal e TCU.	Quantidade de aquisições de TIC aderentes às normas IN01/2019/ Quantidade de aquisições de TIC	Sem informação	100%	Cogis	Coordenadorias da STI
	Implantar sistema para gestão das contratações do TSE.	Calculado a partir da implantação do sistema em produção	0	1	CSCOR	CSCOR
OBJ 07 - Aprimorar a segurança da informação e a gestão de dados	Propor para a Alta Gestão a elaboração de uma Política de Gestão de Dados.	Calculado a partir da elaboração de uma Política de Gestão de Dados	0	1	Cogis	Coordenadorias da STI
	Garantir a aderência de 100% das ações e iniciativas previstas para o ano no Programa Nacional de Cibersegurança.	Quantidade de ações e iniciativas aderentes à PNCIBER-JE/ Quantidade de ações e iniciativas de segurança no TSE	0%	100%	Segti	Toda a STI
	Manter em zero os incidentes cibernéticos que causem algum tipo de dano a dados ou serviços essenciais mantidos pelo TSE, por semestre.	Quantidade de incidentes cibernéticos que causem algum tipo de dano a dados ou serviços essenciais	0	0	Segti	Coordenadorias da STI

Objetivo Estratégico da STI	KR (Resultado-chave)	Fórmula	Base	Meta	Responsável pela medição	Responsáveis pelas ações
OBJ 08 - Promover serviços de infraestrutura e soluções Corporativa	Garantir o mínimo de 99% de disponibilidade dos sistemas estratégicos e serviços essenciais de TIC.	Quantidade de tempo de indisponibilidade dos sistemas estratégicos e serviços essenciais/Quantidade de tempo de exposição dos sistemas estratégicos e serviços essenciais	Sem informação	99%	Coinf	Coordenadorias da STI
	Garantir a adoção do gerenciador de APIs para 100% dos novos serviços disponibilizados para sistemas externos à unidade de desenvolvimento.	Razão entre a quantidade de novos serviços disponibilizados para sistemas externos à unidade de desenvolvimento gerenciados pelo API Manager e a quantidade de novos serviços disponibilizados para sistemas externos à unidade de desenvolvimento	Sem informação	100%	Sinaps	Coordenadorias da STI
	Ampliar a adoção do gerenciador de APIs para 100% dos serviços disponibilizados para entidades externas à Justiça Eleitoral.	Razão entre a quantidade de serviços disponibilizados para entidades externas ao TSE gerenciados pelo API Manager e a quantidade de serviços disponibilizados para entidades externas ao TSE	Sem informação	100%	Sinaps	Coordenadorias da STI
	Assegurar que 100% dos sistemas mantidos pela STI estão catalogados e com a devida identificação de unidade gestora.	Quantidade zero de sistemas sem registro no Hórus ou com registro deficiente de unidade gestora	Sem informação	100%	Sinaps	Coordenadorias da STI

Plano de Demandas de TI

Ação	Descrição	Objetivos Estratégicos da STI	Unidade Gestora	Unidade Técnica	Início	Término Previsto
Adequação à LGPD	Garantir que as bases eleitorais que tratam dados pessoais deverão ser, o mais rapidamente possível, adequadas à LGPD. Também garantir a rastreabilidade e disponibilização, como serviço ao interessado, das informações de quem acessou e por qual motivo acessou dados pessoais do cidadão.	OBJ 07	SPR	Cogis	-	-
Alteração tecnológica do sistema SGRH	O SGRH teve seu desenvolvimento iniciado em 1996, na linguagem Delphi. É constituído por mais de 60 módulos, todos integrados, que compõem desde o cadastro inicial do servidor público até a elaboração da folha de pagamento. Por manter, desde então, a mesma estrutura de dados e de tecnologia, a continuidade do atual SGRH está comprometida, tanto em termos de solução comercial como em termos de alinhamento tecnológico com padrões adotados pela STI.	OBJ 03, OBJ 07, OBJ 08	SGP	Sedesc 2	-	-
Aplicativo móvel da SGP	Desenvolvimento de aplicativo móvel para serviços e disponibilização de informações aos servidores, servidoras, gestores e gestoras, a exemplo dos oferecidos no MEU ESPAÇO.	OBJ 08	SGP	SEDESC 2	-	-
Assinatura eletrônica no Sistema de Apoio a Partido em Formação (SAPF)	Decisão do TSE, de 04/12/2019, nos autos da Consulta n.º 0601966-13.2018.6.00.0000, que entendeu pela viabilidade do uso de assinatura eletrônica legalmente válida dos eleitores que apoiem a criação de partidos políticos, desde que haja prévia regulamentação pelo TSE e desenvolvimento de ferramenta tecnológica para aferir a autenticidade das assinaturas.	OBJ 01, OBJ 02, OBJ 07	SJD	Secinp	-	-
Atualização de Elo e Kitsbio ao Windows 10	Com a descontinuidade do uso do Windows 7, a falta de suporte exige a adequação do Sistema Elo e Kitsbio à execução com Windows 10.	OBJ 01, OBJ 08	STI	Secad	-	-

Ação	Descrição	Objetivos Estratégicos da STI	Unidade Gestora	Unidade Técnica	Início	Término Previsto
Atualização de versão do módulo Service Desk (GSTI)	Necessidade de manter a solução em sintonia com as atualizações de segurança e evoluções disponibilizadas pelo fabricante.	OBJ 05, OBJ 07	STI	SEPD	-	-
Atualização do ambiente de aplicação da Secad para Jboss v7	A necessidade de atualização tecnológica decorre da descontinuidade de suporte da fabricante à atual versão em uso, a saber Jboss v6.	OBJ 07, OBJ 08	STI	Secad	16/10/2020	31/08/2021
Atualização tecnológica do portal	Atualização tecnológica do ambiente que atende ao Portal do TSE e regionais, devido ao encerramento, pela comunidade, do suporte às versões: Python 2.7 e Plone 4.3.x. Necessidade de manter o ambiente em sintonia com as atualizações de segurança e evoluções disponibilizadas pela comunidade.	OBJ 04, OBJ 07, OBJ 08	STI	Sedesc 4	15/07/2021	30/03/2022
AudiTSE – Implantação da nova versão do sistema nos regionais da JE	Implantação gradual nos TREs da atualização tecnológica da nova versão do Sistema AudiTSE, incluindo performance e portabilidade.	OBJ 04, OBJ 05, OBJ 07, OBJ 08	SAU	Sedesc 4	16/04/2021	14/02/2022
Barramento de Serviços Biográficos e Biométricos – BSBB	Desenvolvimento de um barramento de serviço com o intuito de dar mais segurança e previsibilidade na prestação de serviços a partir das bases de dados administradas e sustentadas pela Justiça Eleitoral e também tornar tal disponibilização de informações para atores internos e externos aderente à atual legislação de proteção de dados.	OBJ 02, OBJ 04, OBJ 05, OBJ 07	AGI	Segbio	16/09/2019	30/09/2021
Central de controle do e-Título	Ferramenta de gestão do e-Título.	OBJ 01	SPR	Segbio	-	-
Classificação orçamentária de ativos de software	Levantamento, análise e registro patrimonial de softwares intangíveis.	OBJ 05	STI	Coinf	-	-

Ação	Descrição	Objetivos Estratégicos da STI	Unidade Gestora	Unidade Técnica	Início	Término Previsto
Componente para assinatura de documentos	Desenvolvimento de componente para assinatura de documentos com validade jurídica.	OBJ 08	STI	Sinaps	-	-
Criptografia dos dados pessoais sensíveis vinculados à ICN e ao Cadastro Eleitoral	Criptografar os dados pessoais sensíveis gerenciados pela STI (em especial os biométricos: arquivos de digitais, fotos e assinaturas) vinculados à Identificação Civil Nacional – ICN e ao Cadastro Nacional de Eleitores visando prover segurança dos dados, do tráfego dos dados e no acesso às informações.	OBJ 07	STI	Segbio	-	-
Ecosistema da Urna 2022	Os sistemas que constituem o Ecosistema da Urna são classificados em produtos para execução nas plataformas web, desktop e urna. Eles são continuamente aprimorados com a finalidade de se adequar à legislação eleitoral, contemplar lições aprendidas de ciclos eleitorais anteriores, corrigir eventuais defeitos e fortalecer os mecanismos de segurança de dados. Além disso, são parte fundamental na realização de eleições tranquilas, confiáveis e transparentes pela Justiça Eleitoral.	OBJ 01, OBJ 07	Agel	Sevin	29/01/2021	09/02/2023
eSocial	Atender às portarias conjuntas n.os 76 e 77 (SEI 1477999 e 1478008), de 22/10/2020, que estabeleceram o novo cronograma de implantação do eSocial e aprovam a versão S-10 RC dos leiautes do eSocial, respectivamente, tornando-se necessária a retomada do projeto no TSE, a fim de dar cumprimento à determinação legal nos prazos estipulados.	OBJ 08	SGP	Sedesc 2	05/03/2021	01/12/2021
e-Título – Inteligência Artificial	Implementação inicial do conceito de inteligência artificial, ciência de dados, análise de dados em tempo real e aprendizado de máquina para realização de melhorias no aplicativo móvel e-Título.	OBJ 01, OBJ 02, OBJ 07	SPR	Seand	-	-

Ação	Descrição	Objetivos Estratégicos da STI	Unidade Gestora	Unidade Técnica	Início	Término Previsto
e-Título 2022	Garantir a alta disponibilidade dos serviços do e-Título para as eleições de 2022, elevando a escalabilidade e segurança das soluções que o aplicativo oferece.	OBJ 01, OBJ 07	AGI	Segbio	26/08/2021	12/01/2023
Ferramenta do SEI	Com a ferramenta "Publicar Licitação", a metodologia será mais eficiente por permitir a inclusão diretamente no Portal, a partir do documento no SEI. Adicionalmente, a possibilidade de os arquivos serem disponibilizados pela ferramenta "Publicar Licitação" diminui os passos que devem ser adotados e mitiga riscos inerentes ao upload de arquivos.	OBJ 08	SAD	Sedesc 1	-	-
Formulário para inadimplentes das contas	Elaboração de formulário eletrônico para que candidatos e partidos políticos inadimplentes de contas eleitorais possam regularizar a omissão em razão da indisponibilidade de sistemas legados.	OBJ 08	Asepa	Secon	-	-
Gestão de ativos de TIC	Elaboração da Política de Gestão de Ativos de TIC e implantação de seus processos.	OBJ 05	STI	Coinf	-	-
Implantação da versão 4.0 do SEI no TSE	Implantação da versão 4.0 do SEI, desenvolvido pelo TRF4, no sistema utilizado pelo TSE.	OBJ 08	SGI	Sedesc 1	-	-
Implantação do CIS-Controls – Fase 1	O projeto tem por objetivo melhorar a segurança da informação no TSE, abrangendo 7 tópicos do guia CIS Controls.	OBJ 07	STI	SEGTI	02/09/2019	20/07/2022
Implantação do CIS-Controls n18 – Fase 2 – ICC18	O projeto tem por objetivo melhorar a segurança da informação no TSE, abrangendo 1 tópico organizacional do guia CIS Controls: Desenvolvimento Seguro de Software.	OBJ 07	STI	SEGTI	20/02/2020	17/11/2021
Implantação do Serviço EFD-Reinf	Cumprimento de determinação legal IN RFB 1701/2017, que institui a Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf).	OBJ 08	SOF	Sedesc 3	-	-

Ação	Descrição	Objetivos Estratégicos da STI	Unidade Gestora	Unidade Técnica	Início	Término Previsto
Implantação do SINCO	Atualizar tecnologicamente o sistema Sicel em desenvolvimento pelo TSE e agregar novas características para atender às normas de inspeções e correções eleitorais, permitindo realizar a consulta de informações gerenciais. O sistema passará a ser chamado de SINCO – Sistema de Inspeções e Correções da Justiça Eleitoral.	OBJ 01	CGE	Sedesc 4	12/04/2021	10/11/2021
Indícios de irregularidades nas prestações de contas	Identificação de indícios de irregularidades nas prestações de contas com ampliação das tipologias aplicadas no financiamento das campanhas eleitorais e aplicação dessa atividade também no financiamento anual dos partidos políticos (contas de exercício financeiro).	OBJ 08	Asepa	Secon	-	-
INFODIP – BI	Ferramenta destinada à identificação e gerenciamento administrativo de comunicações relativas ao Infodip.	OBJ 07	SPR	Seai	-	-
Informações Partidárias – InfoPart 2022	Gerenciar as iniciativas de manutenção, melhorias e implementação de novas funcionalidades nos sistemas que dão suporte aos partidos políticos, tendo em vista que estes sistemas tratam de informações partidárias e compartilham as mesmas partes envolvidas. Aperfeiçoar e implementar melhorias no Sistema de Apoio a Partidos em Formação (SAPF) e no Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) conforme as recomendações do GT – Sistemas Partidários listadas no escopo deste projeto.	OBJ 01	SJD	Secinp	19/05/2021	18/03/2022
Integração do PJe com sistemas do CNJ	Verifica-se que há vários sistemas passíveis de integração com o PJe, os quais podem facilitar as atividades do usuário no atendimento de demandas legislativas.	OBJ 01, OBJ 07	ASPJE	Sedesc 5	20/04/2021	31/12/2021

Ação	Descrição	Objetivos Estratégicos da STI	Unidade Gestora	Unidade Técnica	Início	Término Previsto
Integração dos Sistemas Eleitorais 2022 – ISE 2022	O projeto visa a manter de forma consolidada os principais marcos e atividades de entregas das seções da Csele, de forma a permitir o monitoramento da integração dos sistemas eleitorais, a realização dos testes de integração dos softwares, a realização dos eventos de teste, a visibilidade quanto à estabilização dos softwares a serem utilizados nas lacrações e eleições do próximo biênio.	OBJ 05	Agel	Seint	07/04/2021	03/10/2022
Melhorias – Estatísticas Processuais dos gabinetes	Após a entrada em produção da página de estatísticas processuais, os gabinetes dos ministros da Corte solicitaram melhorias em alguns relatórios já existentes e criação de novos relatórios para facilitar a gestão processual nos gabinetes.	OBJ 05	SMG	Seai	18/03/2021	15/12/2021
Melhorias das integrações do PJe com os sistemas eleitorais	Evoluir e aperfeiçoar as integrações do PJe com os sistemas eleitorais DJE, Mural, SJUR, Pardal, CAND, SPCA e SPCE.	OBJ 04	ASPJE	Sedesc 5	-	-
Melhorias de Segurança no Sistema Eletrônico de Votação – Sugestões Polícia Federal 2020	Melhorias de segurança no sistema eletrônico de votações, propostas com base em relatório de inspeção de código-fonte, elaborado pela Polícia Federal em 2020.	OBJ 07	STI	Gab./STI	02/09/2021	-
Módulo de Inconformidades Biométricas	Ferramenta destinada à identificação e ao acompanhamento do tratamento dado às situações de inconformidade na comparação de dados biométricos	OBJ 07	CGE	Segbio	01/06/2021	03/01/2022

Ação	Descrição	Objetivos Estratégicos da STI	Unidade Gestora	Unidade Técnica	Início	Término Previsto
Nacionalização do sistema Infodip – SIEL	O projeto visa dotar a Justiça Eleitoral de uma ferramenta padronizada para a tramitação e tratamento das comunicações que possam impactar no exercício dos direitos políticos. Neste contexto, o sistema Infodip, já utilizado por 23 tribunais regionais eleitorais, será estendido às demais unidades da Justiça Eleitoral e, posteriormente, centralizado no Tribunal Superior Eleitoral. Além disso, considerando a existência de convergência de atores dos sistemas SIEL e Infodip, optou-se por unificar as ferramentas, permitindo aos órgãos externos o acesso a dados eleitorais a partir dessa solução.	OBJ 01, OBJ 04	AGI	Sedesc 6	19/03/2021	13/05/2022
PA - Portal - Reformulação da área de Comunicação	A reestruturação da área de comunicação é uma necessidade antiga das assessorias de comunicação do TSE e regionais que trará inúmeras melhorias aos usuários dos 27 portais e à imprensa, pois facilitará o acesso a todo conteúdo produzido pelas coordenadorias de rádio e TVs, imprensa e campanhas, da Assessoria de Comunicação Social do TSE e regionais.	OBJ 01	Secom	Sedesc 4	01/06/2021	15/09/2021
PA – Saneamento de dados para o Datajud	Atendimento, pelo TSE, ao cronograma da Portaria n.º 91, de 19 de março de 2021, do CNJ, que trata do saneamento da Base Nacional de Dados do Poder Judiciário – DataJud 2020, responsável pelo armazenamento centralizado dos dados e metadados processuais relativos a todos os processos físicos ou eletrônicos, públicos ou sigilosos do TSE.	OBJ 07, OBJ 08	SMG	Sedesc 5	12/03/2021	21/09/2021
PA – Solução para gestão estratégica	Desenvolver uma solução que permita o monitoramento da estratégia por meio de indicadores que deverão ser alimentados pelas próprias unidades técnicas responsáveis, possibilitando a análise e avaliação do alcance das metas institucionais.	OBJ 05	SMG	Seproj	30/04/2021	15/10/2021

Ação	Descrição	Objetivos Estratégicos da STI	Unidade Gestora	Unidade Técnica	Início	Término Previsto
PA2020 – Melhoria da segurança do ambiente de correio eletrônico do TSE e TREs	Visa adequar a segurança do ambiente de correio eletrônico do TSE e TREs.	OBJ 07, OBJ 08	STI	Segti	06/08/2020	15/12/2021
Página pública de status dos serviços digitais do TSE	Plataforma que visa manter cidadãos, candidatos, advogados, servidores de outros órgãos da Justiça Eleitoral e o público interno do Tribunal informados durante interrupções e manutenções dos serviços digitais.	OBJ 01	SPR	Semop	26/05/2021	15/12/2021
Pesquisa sobre participação política e acessibilidade eleitoral das pessoas com deficiência	Desenvolvimento de sistema informatizado para realização de pesquisa estatística (Survey), nos termos do formulário apresentado por este Grupo de Trabalho (Portaria TSE n.º 240/2021), acompanhado de respectiva página no website do TSE, para disponibilização do questionário a eleitores de todo o país, respeitando as normas e padrões de acessibilidade.	OBJ 08	SPR	Sedesc 4	-	-
Portal de dados abertos	Esse projeto pretende ampliar a atuação do TSE na disponibilização de dados abertos por meio da criação de uma política específica e do primeiro plano de dados abertos do Tribunal.	OBJ 01	SMG	Sedesc 4	16/08/2021	15/10/2021
Portal “Fato ou boato”	Criação de página para que sirva de repositório para verificação e desmistificação de notícias falsas que circulam pela web.	OBJ 01, OBJ 08	Secom	Sedesc 4	-	-
Portal internacional do TSE	Reformulação completa do portal internacional do TSE.	OBJ 01	AIC	Sedesc 4	-	-
Programa de Identificação Civil Nacional – ICN	A definir.	OBJ 02	AGI	Segbio	-	-

Ação	Descrição	Objetivos Estratégicos da STI	Unidade Gestora	Unidade Técnica	Início	Término Previsto
Programa Eleições Informatizadas 2022	O Programa Eleições Informatizadas 2022 orchestra o planejamento e a integração das iniciativas de Tecnologia da Informação, assim como direciona e coordena, de forma integrada, articulada e dinâmica, o corpo de servidores e colaboradores da STI. Tendo como objetivo o aperfeiçoamento da segurança, o monitoramento das aquisições e contratações, dos acordos de cooperação, dos eventos de testes, dos sistemas e aplicativos, dos riscos e das metas. o PEInfo2022 visa colaborar com a transparência na realização da eleição geral em 2022.	OBJ 01, OBJ 02, OBJ 04, OBJ 05, OBJ 06, OBJ 07, OBJ 08	SEC	STI	05/04/2021	19/12/2022
Publicação do código-fonte da urna eletrônica	Ampliar a transparência e a auditabilidade do software e do firmware da urna eletrônica, por meio de criação de mecanismos que facilitem a inspeção do código-fonte por instituições públicas e privadas e cidadãos com conhecimentos técnicos especializados.	OBJ 05	Agel	Sevin	11/06/2021	29/07/2022
Reestruturação de remessas	Resolver, no PJe, de forma ampla, os diversos problemas de remessa de processos entre instâncias.	OBJ 01	ASPJE	Sedesc 5	-	-
Reformulação do Sistema de Atendimento ao Cidadão – SAC	Atualização da tecnologia do SAC por motivos de segurança e melhoria na performance, na usabilidade de sistema e na adequação à legislação, notadamente à Lei de Acesso à Informação, às resoluções deste TSE e às recomendações do CNJ.	OBJ 01, OBJ 02, OBJ 07	OUV	Sedesc 4	04/02/2020	14/12/2021
Registro de Candidaturas – CAND 2022	Promover adaptação e evolução tecnológica dos sistemas que dão suporte ao processo de registro de candidaturas, os quais sofrerão manutenções evolutivas e adaptação à legislação vigente.	OBJ 01, OBJ 08	SJD	Secinp	10/05/2021	24/01/2023

Ação	Descrição	Objetivos Estratégicos da STI	Unidade Gestora	Unidade Técnica	Início	Término Previsto
SIGEPRO-BI	Permitir aos gestores do Tribunal Superior Eleitoral e dos tribunais regionais eleitorais, com base na composição da Lei Orçamentária Anual, desde o exercício de 2010, a formação de séries históricas analíticas e a elaboração de indicadores orçamentários.	OBJ 05, OBJ 06	SOF	Seai	30/07/2021	29/10/2021
Simulados Nacionais de Hardware 2021-2022	Identificar falhas persistentes, inclusive aquelas que se manifestam de forma intermitente ou em situações específicas, e registrá-las, a fim de permitir a análise de suas causas e a identificação de possíveis soluções a tempo de uma eleição oficial.	OBJ 07, OBJ 08	STI	Seue	25/08/2021	-
Sistema de Aceite das Urnas Eletrônicas 2 – ACEITUS 2	O ACEITUS deve cobrir todo o processo de aceite técnico de equipamentos, desde o recebimento dos dados de fabricação, recebimento dos equipamentos nos locais de entrega, aceite e envio dos dados para importação no sistema de patrimônio da Justiça Eleitoral.	OBJ 06	STI	Seue	22/05/2018	03/11/2022
Sistema de Acompanhamento do Plano de Contratações	Acompanhamento das Contratações em trâmite no âmbito do TSE, acompanhamento das fases e subfases de licitações assim como de contratações diretas decorrentes de dispensa ou inexigibilidade. Além disso, o sistema deverá catalogar critérios de sustentabilidade existentes que possam ser aplicados às contratações realizadas pelo TSE.	OBJ 05, OBJ 06	SAD SMG	Sedesc 3	03/09/2021	-
Sistema de Aferição de Resultados Contratuais – Deming	Promover a sistematização para aferição e o monitoramento dos indicadores de resultados contratuais previstos nos contratos de terceirização de serviços de tecnologia da STI.	OBJ 02, OBJ 05, OBJ 06	SAD	Sedesc 6	07/08/2020	14/09/2021

Ação	Descrição	Objetivos Estratégicos da STI	Unidade Gestora	Unidade Técnica	Início	Término Previsto
Sistema de Filiação Partidária – FILIA	Desenvolvimento de melhorias e readequação das regras de negócio do FILIA em razão da publicação da Lei n.º 13.877/2019, que pôs fim à sistemática de envio de listas de filiação em prazos fixos, com necessidade de submissão pelos partidos, prevendo o processamento diário por meio de envio automático de registros de filiação.	OBJ 01	SJD	Secinp	-	-
Sistema de Gerenciamento de Multas Eleitorais – Sigme	O TSE não possui um sistema dedicado à emissão e ao controle de receitas. Hoje as informações dos valores a receber, pagos ou encaminhados para inscrição em Dívida Ativa estão em processos físicos ou eletrônicos distribuídos em todos os tribunais eleitorais, cartórios e zonas.	OBJ 01, OBJ 02, OBJ 05	SOF Asepa	Sedesc 3	-	-
Sistema de Gestão de Demandas por Alocação com Resultados – Ártemis	Sistematizar a execução operacional dos contratos de terceirização de serviços de tecnologia da STI.	OBJ 05, OBJ 06	SAD	Sedesc 6	29/04/2020	14/02/2022
Sistema de Prestação de Contas Eleitorais – SPCE 2022	Realizar melhorias, correções e adaptações no Sistema de Prestação de Contas Eleitorais para as eleições de 2022, visando obter maior controle sobre o uso de recursos dos fundos partidário e eleitoral, bem como o uso de recursos financeiros e não financeiros angariados por candidatos e partidos políticos.	OBJ 01, OBJ 05	Asepa	Secon	-	-
Sistema Logus – Evoluções	Adaptações para possibilitar a interação com duas ou mais prestadoras de serviços em contratos distintos, disponibilização de serviços para otimizar essa comunicação e criação/ alteração de funcionalidades requeridas com o advento do contrato de produção da UE2020.	OBJ 06	STI	Sedesc 6	22/06/2021	13/04/2022

Ação	Descrição	Objetivos Estratégicos da STI	Unidade Gestora	Unidade Técnica	Início	Término Previsto
Sistemas da Totalização e Divulgação de Resultados 2022 – TOT2022	Evoluir os sistemas informatizados relativos aos processos de transmissão e recebimento de arquivos eleitorais, da totalização, bem como o seu gerenciamento, da emissão de consultas e relatórios, além da divulgação de resultados, com o objetivo de que esses sistemas atendam aos requisitos tecnológicos, negociais e de segurança estabelecidos pelas eleições gerais de 2022, alinhados à legislação, resultando em uma totalização íntegra.	OBJ 01, OBJ 02, OBJ 05, OBJ 07	Agel	Setot	-	-
Site da Educação Corporativa	Criação de um site para a Educação Corporativa do TSE, com finalidade de ser um canal de divulgação dos programas educacionais, das ações de treinamento e eventos corporativos sob gestão da SGP.	OBJ 03	SGP	Sedesc 4	-	-
Solução de extração de dados de processos judiciais	Disponibilizar uma solução aprimorada que atenda de forma satisfatória a extração e o envio de dados estatísticos da Justiça Eleitoral para o CNJ para compor os relatórios de Justiça em Números e Módulo de Produtividade Mensal.	OBJ 04, OBJ 05	SJD	Sedesc 5	24/07/2020	08/09/2022
Solução para pesquisa de jurisprudência da Justiça Eleitoral	Desenvolvimento de nova ferramenta de pesquisa com utilização da solução Elastic Search.	OBJ 02, OBJ 08	SGI	Sedesc 1	-	-
Teste Público de Segurança 2021 – TPS2021	Teste Público de Segurança 2021 – TPS2021	OBJ 01, OBJ 04, OBJ 07	Agel	Csele	12/05/2021	01/07/2022
Título Net 3.0 – Cartório Eleitoral Virtual	Modernização da ferramenta Título Net	OBJ 01, OBJ 02	CGE	Secad	30/06/2021	31/12/2021

Ação	Descrição	Objetivos Estratégicos da STI	Unidade Gestora	Unidade Técnica	Início	Término Previsto
Unificação da solução PJe na JE	A atualização do PJe 2.0 do TSE e dos TRÉs para o PJe 2.1 abrangerá tanto a base de dados quanto o código-fonte do sistema, porém, não contará com uma instância única para todo grau de jurisdição, ou seja, todos os TRÉs, além do TSE, utilizarão distintos servidores de gerenciamento de banco de dados e de aplicação.	OBJ 01, OBJ 04, OBJ 07	ASPJE	Sedesc 5	06/11/2019	24/11/2021
Utilização de nuvem nos sistemas eleitorais	Análise de viabilidade de utilização de nuvem na infraestrutura dos sistemas eleitorais (Consulta ao local de votação e Pje Mídias)	OBJ 01, OBJ 02, OBJ 04, OBJ 07, OBJ 08	Agel	Sinaps	15/06/2021	18/11/2021
Melhorias do Diário da Justiça Eletrônico – DJE	O novo Diário de Justiça Eletrônico foi implantado em quase toda a Justiça Eleitoral, restando somente o TRE-SC. Nesse contexto, durante o período eleitoral, foram identificadas melhorias necessárias de forma a reduzir o suporte aos regionais e garantir a publicidade das decisões eleitorais.	OBJ 01, OBJ 07 e OBJ 08	SJD	Sedesc 1	-	-
Nova consulta de jurisprudência	O desenvolvimento de nova ferramenta de pesquisa de jurisprudência a ser utilizada na Justiça Eleitoral é medida necessária para atender plenamente as necessidades de busca dos usuários internos e externos, proporcionando funcionalidades mais modernas e de maior valor agregado que facilitem a usabilidade do sistema e a satisfação dos usuários. A necessidade premente de uma nova ferramenta de pesquisa de jurisprudência dá-se pelo esgotamento das possibilidades de aprimoramento da ferramenta em uso, desenvolvida com o OracleText, para atender as demandas de melhoria identificadas pela Equipe de Jurisprudência e as informadas pelos usuários, inclusive as sugestões dos gabinetes dos senhores ministros.	OBJ 01, OBJ 03, OBJ 07 e OBJ 08	SGI	Sedesc 1	-	-

Planos Complementares

Conforme orientação do Grupo de Trabalho Nacional do ENTIC-Jud, no âmbito da Justiça Eleitoral, as ações de alguns planos poderão ser incorporadas em versões posteriores do PDTIC. São elas:

- PTS – Plano de Trabalho de Segurança da Informação e Proteção de Dados;
- PDI – Plano de Demandas Internas (Plano de demandas de TI);
- PTD – Plano de Transformação Digital;
- PC – Plano de Contratações de TI para 2020/2021; e
- PM – Plano de Métricas.

A Resolução CNJ n.º 370/2021 também sugere a elaboração de outros planos, conforme lista abaixo.

Demais Planos e Ações

- PCN (ENTIC-Jud, art. 36) – Plano de continuidade de negócio ou de serviços;
- PGR (ENTIC-Jud, art. 37) – Plano de gestão de riscos de TIC;
- PAC (ENTIC-Jud, art. 27) – Plano anual de capacitações de TIC;
- PSI (ENTIC-Jud, art. 39) – Política de segurança da informação; e
- POTIC (ENTIC-Jud, §1º art. 6) – Proposta orçamentária de TIC.

JUSTIÇA
ELEITORAL



Tribunal
Superior
Eleitoral